

PARQUES HISTÓRICOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE: PROCESSOS DE TOMBAMENTO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO¹

Cássia Kelly Maria da Cruz²

Viviane Maria Cavalcanti de Castro³

Ricardo Pinto de Medeiro³

Resumo: O presente trabalho teve por objetivo analisar os fatores de influência nos processos de tombamento e suas consequências na preservação do patrimônio material e arqueológico em quatro parques históricos da Região Metropolitana do Recife. Utilizando os processos de tombamento como norteadores, foram analisadas as estratégias de tombamento realizadas em Pernambuco e o discurso político e ideológico que influenciou esses processos. Constatou-se que no tombamento dos parques históricos em Pernambuco o elemento arqueológico não foi devidamente considerado, o que prejudica a preservação do patrimônio arqueológico. Palavras – Chave: Parques Históricos, Processo de Tombamento, Patrimônio Arqueológico.

Abstract: The present study aimed to analyze the factors of influence on the processes of tipping and its consequences in the preservation of heritage material and archaeological in four historic parks of the metropolitan area of Recife. Using the processes of tipping as guiding, we analyzed the tipping strategies held in Pernambuco and evaluated the political and ideological discourse that influenced these processes. It was found that the damping of the historical parks in Pernambuco the archeological element has not been properly considered, which affect the preservation of archaeological heritage. Keywords: Historical Parks, Tipping procedures, Archaeological Heritage.

1 Resumo de Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da UFPE, defendida em 2016.

2 Mestre em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

3 Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Introdução

Considerando que o tombamento de um patrimônio é a forma oficial⁴ de preservação do mesmo, a pesquisa foi direcionada, principalmente, no estudo da influência da arqueologia nos processos de tombamento nos parques históricos na região metropolitana do Recife (RMR): Parque Histórico Nacional dos Guararapes, Parque Arraial Novo do Bom Jesus, Parque Arraial do Bom Jesus (Sítio da Trindade) e o Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti.

A partir de estudos preliminares foi observado que o elemento histórico foi o fator predominante nestes processos de proteção do patrimônio, o que nos levou a questionar o porquê da arqueologia não ter sido considerada como critério para os processos de tombamento, uma vez que em todos os quatro casos é inegável a presença do patrimônio arqueológico.

O Processo de Tombamento dos Parques

Os parques elencados nessa pesquisa destacavam-se no cenário histórico nacional como espaços de relevante valor patrimonial. Todos apresentam atributos culturais significativos como a paisagem histórica, o campo das batalhas, o patrimônio edificado e o patrimônio arqueológico.

O Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, situado no Cabo de Santo Agostinho, foi tombado em 1979 apenas a nível estadual; entretanto, apresenta elementos históricos (como as Ruínas do Convento Carmelita) tombados a nível federal, em 1961⁵.

Por sua vez o Parque Histórico Nacional dos Guararapes, tombado a nível federal em 1961 compreende a área onde ocorreram nos anos de 1648 e 1649, as batalhas que resultaram na

4 Estamos considerando a forma oficial e juridicamente adotada para a proteção do patrimônio brasileiro que é através do tombamento.

5 Criação do Parque Metropolitano de Santo Agostinho por meio de Decreto Estadual nº 5554 em 06 de fevereiro de 1979 e posterior mudança de nome para Parque Metropolitano Armando Holanda Cavalcanti no Decreto Estadual nº 5765 em 15 de maio de 1979. Tombamento a nível federal da Igreja de N. S. de Nazaré e as ruínas do Convento dos Carmelitas, pelo IPHAN em 1961 (619 -T).

expulsão dos holandeses do território brasileiro pelas tropas luso-brasileiras. Está situado no Município de Jaboatão dos Guararapes, na Região Metropolitana do Recife⁶.

Já o Parque Arraial do Bom Jesus (Sítio da Trindade) e o Parque Arraial Novo do Bom Jesus, situados no município do Recife, são tombados a nível federal; o primeiro em 1974 e o segundo em 1980⁷

Esses parques históricos formam um conjunto de fortificações e baterias que correspondem também ao período da invasão holandesa à capitania de Pernambuco, no século XVII, foco de resistência luso-brasileira contra o domínio flamengo entre 1630 e 1635 e, posteriormente, entre 1635 a 1646. Outros pontos de similaridade são o tipo (campo de batalhas) e o período de tombamento. A principal diferença observada está no nível de proteção: três parques tombados nacionalmente e um a nível estadual.

Em relação ao período de tombamento: o Arraial Novo do Bom Jesus, em 08/04/1980, o Conjunto paisagístico do Sítio da Trindade, Estrada do Arraial, em 17/06/1974 e o Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, em 1979. Três parques tombados durante o período de ditadura militar no Brasil. Desta forma questionou-se e havia uma relação entre o discurso de enaltecimento dos feitos históricos, predominante na época, e a proteção de sítios históricos e como essa relação afetaria a preservação do patrimônio cultural e arqueológico desses parques.

Fatores de Influência nos Processos de Tombamento

Para a identificação e análise dos fatores que influenciaram nos tombamentos e a relevância da arqueologia nesses processos foi realizado um levantamento histórico pormenorizado nos documentos oficiais relacionados aos processos de tombamento⁸.

6 Processo de tombamento 523 com registro em outubro de 1961. Decreto Nº 68.527, de 19 de abril de 1971 cria o Parque Histórico Nacional dos Guararapes e dá outras providências.

7 O Arraial do Bom Jesus (Sítio da Trindade) foi inscrito no Livro de Tombo Arqueológico, Urbanístico e Paisagístico sob a classificação de Conjunto Urbanístico e Paisagístico em 1974 (487-T). O Parque Arraial Novo do Bom Jesus apresenta tombamento federal de número 942-T, inscrito no Livro do Tombo Histórico em 1980.

A análise desta pesquisa foi pautada em cinco elementos principais: solicitação de tombamento (causas), parecer (discurso), atores, poligonal de tombamento e preservação (acesso e divulgação). As causas que motivaram a solicitação de tombamento desses parques são facilmente identificáveis, afinal, todas apontam para uma mesma característica: loteamento, construções desordenadas e desfiguração de área histórica.

De modo geral, todos os sítios apresentaram a questão econômica (especulação imobiliária) como motivo para que fosse realizada uma ação urgente para a preservação do patrimônio que estava ameaçado de desfiguração, invisibilidade e desaparecimento.

A análise dos atores nessa pesquisa se refere a pessoas, grupos ou entidades (públicas, privadas, científicas) que participaram direta e indiretamente na escolha e na preservação deste patrimônio.

Verificou-se que em nenhum dos casos houve uma participação popular na escolha dos patrimônios a serem tombados, seja no aspecto da solicitação ou da apropriação do bem preservado. Embora, na documentação do processo dos Guararapes se mencione a participação popular e da mídia, contudo, não foi encontrado nenhum documento comprobatório, exceto por alguns recortes de jornais que se referem ao encaminhamento do processo de tombamento.

Um dos documentos fundamentais para identificar os responsáveis por essas escolhas foram as Atas do Conselho Consultivo. Assim, foi possível identificar quem fazia parte do Conselho e quem ficava encarregado de relatar e avaliar o tombamento individual de cada parque. Também foi possível saber de quem partiu a iniciativa de tombamento (solicitante) e, a partir disso, traçar um “perfil” de quem atuava no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN realizando essas escolhas e, conseqüentemente, na preservação do patrimônio e na memória coletiva.

8 As atas de reunião do Conselho Consultivo, mapas, ortofotografias, leis, emendas, cartas, ofícios, a solicitação de tombamento, pareceres científicos dos quatro parques históricos, jornais e, quaisquer outros documentos relacionados ao tombamento dos sítios e da criação e preservação desses parques históricos.

A primeira constatação é que o Conselho Consultivo do IPHAN era composto por profissionais de diversas áreas (advogados, professores, artistas, geógrafos, historiadores, entre outros). A segunda observação é que em alguns momentos havia arqueólogos, ou melhor, profissionais que atuavam na arqueologia, compondo o Conselho. Inicialmente, pensava-se que não haveria arqueólogos exercendo função dentro do IPHAN e, assim, a arqueologia havia ficado esquecida. A terceira é que todos os conselheiros atuavam em diversas entidades (Museu Nacional, Museu de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras e outros).

E, por fim, mas não menos importante, é que a nomeação de cada conselheiro foi realizada pelo Presidente da República. Dessa última questão foi identificado que só em 2009, a partir do Decreto Nº 6.844, o Conselho Consultivo ganhou maior heterogeneidade, conquistando em seu quadro de composição vagas permanentes para arqueólogos, o que permitiu uma discussão maior e uma atenção por parte desses atores também a respeito do patrimônio arqueológico.

Os parques analisados apresentavam a poligonal de tombamento alterada com relação à época do tombamento e a área protegida. Foi observada a revisão da poligonal de tombamento, com documentação descrita e discutida pelo Conselho Consultivo do IPHAN, tanto no Parque Arraial do Bom Jesus (Sítio da Trindade) quanto no Arraial Novo do Bom Jesus.

Essa ratificação da poligonal de tombamento (Figuras 1 e 2) de ambos os parques foi sugerida por dois arquitetos pernambucanos e aprovada unanimemente pelo Conselho Consultivo em sua 110ª Reunião ocorrida em 30 de agosto de 1984.

No tombamento do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, promovido pelo órgão estadual, a FUNDARPE, houve um estudo arqueológico anterior à solicitação de tombamento e que a delimitação da poligonal de preservação foi sugerida pelo arqueólogo Ulysses Pernambucano de Mello Neto que realizou tais pesquisas. Isto não implica que o tombamento em Pernambuco adote o critério arqueológico como um dos principais fatores para tal ocorrência, mas que nesse caso a arqueologia teve relevância ao menos para a definição de tal poligonal (Figura 3).



Figura 3: Poligonal original versus estado atual do PMAHC.

Entretanto, outras questões influenciaram na alteração da poligonal de tombamento. O tombamento federal dispunha apenas de alguns elementos arquitetônicos, como a Igreja de Nazaré e as ruínas do Convento. Em 1979, o governo estadual criou o Parque Metropolitano Santo Agostinho que apresentava uma área total de 270 hectares, incluindo toda a área do Cabo de Santo Agostinho, e delegou a administração à Fidem – Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife. Por questões econômicas e políticas no contexto das décadas de 1970 e 1980, houve a distribuição de 117 hectares para a instalação do Complexo Industrial e Portuário de Suape. Com isso, ocorreu a transferência por parte do governo do estado, em 1983, da administração e salvaguarda do Parque para o Complexo Industrial e Portuário de Suape, enquadrando-o como Zona de Proteção Cultural (ZPC) nas Normas de Uso do Solo, Uso dos Serviços e Preservação Ecológica de Suape.

Essa transferência de poder administrativo e de salvaguarda do Parque fazia parte de uma medida mitigadora e compensatória, devido à perda de parte da sua área protegida e tinha os seguintes objetivos: preservação dos valores culturais, incluindo-se os da comunidade que reside no local; restauração do Patrimônio Histórico e adaptação das áreas para visitação

turística, preservando os valores ambientais existentes. Com a transferência da área, Suape passou a ser responsável pela administração do Parque e pelo cumprimento das normas estabelecidas para a ZPC.

Ao realizar a identificação dos fatores de influência nos processos de tombamento dos parques históricos da RMR, chegou-se à conclusão que o primeiro fator de influência verificado foi o crescimento econômico. O chamado “milagre econômico” que aconteceu nos anos de 1970 fez crescer a urbanização de forma desenfreada, havendo uma maior especulação imobiliária (Ramos, 2006).

Esses sítios, por serem nichos ainda desocupados dentro da cidade, em um período em que a avidez imobiliária imperava no país, tornaram-se alvo de interesses. Isso é perceptível nos discursos elaborados pelos agentes envolvidos em todos os processos de tombamento dos parques estudados.

O segundo fator de influência verificado foi o histórico, observado a partir da Recomendação do Conselho Consultivo do IPHAN ao sugerir que fosse realizado um levantamento de outros lugares representativos da época da Restauração Pernambucana, bem como dos agentes envolvidos na solicitação de tombamento, a exemplo do historiador Antônio Gonsalves de Mello e do arquiteto Armando de Holanda Cavalcanti que desenvolveram, ao longo da sua trajetória, boa parte de suas pesquisas nessa época específica (Restauração Pernambucana), o que influenciou na escolha e na preservação desses patrimônios a serem tombados.

O terceiro fator de influência foi a política de preservação que atuou significativamente na preservação do patrimônio cultural em Pernambuco, e do país desde a criação do Iphan, na promulgação de leis, decretos e ementas, na nomeação dos conselheiros e na própria definição de patrimônio cultural brasileiro.

Para Oriá (1998) essa política de preservação que norteou a prática do Iphan, nos estados e municípios objetivava passar aos habitantes do país a ideia de uma memória unívoca e de um passado homogêneo e de uma História sem conflitos e contradições sociais.

Aprofundando a questão apresentada por Oriá e relacionando com a pesquisa, a ideia da identidade nacional única é vista principalmente nos discursos do processo de tombamento do

Parque Histórico Nacional dos Guararapes: três povos formadores da Nação Brasileira que se uniram e expulsaram o invasor batavo ou que o exército brasileiro se formou em Guararapes.

Pode-se afirmar que tais discursos políticos, inclusive no período de ditadura militar, influenciaram na delimitação, na criação e na gestão do referido parque. Nos outros parques a influência política foi menos notável, mas também não menos importante.

Claramente, a arqueologia não foi um dos critérios determinantes nesses tombamentos. Embora, trabalhos arqueológicos tenham sido desenvolvidos nesses locais, até mesmo antes da solicitação de tombamento.

Elencaram-se três motivos principais para tal ocorrência. Em primeiro lugar não existia uma norma ou protocolo que incluísse a arqueologia no processo de tombamento a ser seguido pelo IPHAN e os estudos históricos, paisagísticos e/ou arquitetônicos prevaleciam.

Em segundo lugar, a definição de patrimônio arqueológico é até hoje pouco desenvolvida ou bem elaborada. Na legislação brasileira o que era considerado patrimônio arqueológico estava atrelado ao pré-histórico e indígena. Sendo assim, os remanescentes materiais de períodos mais recentes estavam atrelados à história ou à arquitetura e não à arqueologia.

Em terceiro, a escassez de profissionais de arqueologia dentro de órgãos e instituições de pesquisa e de memória fez com que a composição dos conselheiros do Iphan fosse quase que exclusivamente de historiadores e arquitetos. Só a partir de 2009, com a promulgação do Decreto Nº 6.844, que aprovou a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão do Iphan, é que a situação se modificou e é nesse momento que arqueólogos passaram também a compor o Conselho Consultivo do Instituto.

Considerações Finais

A defesa pela inclusão do elemento arqueológico dentro dos processos de tombamento é para que o patrimônio não edificado, monumental e “invisível” também seja considerado para uma preservação mais completa e justa do patrimônio cultural brasileiro.

Uma revisão nos processos de tombamento de áreas em que há uma clara presença de material arqueológico se faz necessária para que os estudos em arqueologia e em outras áreas sejam inclusos, reforçando, assim, a justificativa de tombamento de áreas significativas para a história de Pernambuco. Como também a contribuição da arqueologia pode permitir uma ratificação nas poligonais de tombamento, e uma melhor justificativa das escolhas que foram realizadas nesses processos e até mesmo a inclusão desses parques no livro de tombamento arqueológico.

Referências

BRASIL. Decreto Nº 68.527, de 19 de abril de 1971. (Cria o Parque Histórico Nacional dos Guararapes e dá outras providências).

IPHAN. 110ª Reunião do conselho Consultivo. 1985.

IPHAN. Processo de Tombamento 523-T. (Campos das Batalhas dos Guararapes).

IPHAN. Processo de Tombamento 487-T. (Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade).

IPHAN. Processo de Tombamento 619-T. (Convento Carmelita: ruínas e Igreja de Nossa Senhora de Nazaré).

IPHAN. Processo de Tombamento 942-T. (Parque Arraial Novo do Bom Jesus).

ORIÁ, R. 1998. Memória e ensino de história. In BITTENCOURT, Circe. O saber histórico em sala de aula. São Paulo: Contexto.

PERNAMBUCO. Decreto Estadual nº 5554 em 06 de fevereiro de 1979. (Criação do Parque Metropolitano de Santo Agostinho).

PERNAMBUCO. Decreto Estadual nº 5765 em 15 de maio de 1979. (Mudança de nome para Parque Metropolitano Armando Holanda Cavalcanti).

RAMOS, A. C. P. T. 2006. Posturas e Práticas de Preservação: O Confronto entre Modelos Participativos e Centralizados na Manutenção dos Bens Culturais em Pernambuco (1978 - 2006). Tese de Doutorado, Pós-Graduação em Arqueologia - UFPE, Recife.